

**PROGRAMA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

PROJETO PARALAPRACÁ

PROPOSTA TÉCNICA

Abril 2013

Sumário

1. Apresentação.....	3
2. Dados de Cenário	3
3. Justificativa	6
4. Objetivos.....	8
5. Públicos do Projeto.....	9
6. Princípios do Projeto	09
7. Fundamentação Teórica	10
8. Estrutura e funcionamento do projeto	15
9. Metodologia.....	18
10. Parcerias com Redes Municipais de Ensino.....	22
11. Monitoramento.....	24
12. Bibliografia.....	26

1. APRESENTAÇÃO

O PARALAPRACÁ é um projeto do PROGRAMA EDUCAÇÃO INFANTIL do INSTITUTO C&A, que tem como finalidade contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento às crianças que frequentam instituições de Educação Infantil, por meio de duas linhas de ação complementares e articuladas: a formação continuada de profissionais da educação e o acesso a materiais de qualidade, tanto para as crianças quanto para os profissionais que atuam junto a elas.

Além de contribuir para a distribuição mais equitativa de materiais e ser uma referência de qualidade neste quesito, o projeto pretende valorizar e fortalecer os saberes e fazeres pedagógicos e culturais locais decorrentes, através da sistematização e disseminação de experiências e práticas coletadas nas instituições e comunidades, por meio da produção de novos materiais e ferramentas virtuais.

Em relação à formação continuada, pretende contribuir para a implantação, acompanhamento e/ou apoio a projetos de formação continuada em redes municipais que tenham princípios e linhas de ação convergentes com os do Paralapraca, incidindo assim, na estruturação de suas políticas de formação.

O PARALAPRACÁ será realizado a partir do estabelecimento de parcerias com o poder público, por meio das Secretarias Municipais de Educação e com organizações privadas sem fins lucrativos.

2. DADOS DE CENÁRIO

O estudo de cenário da Educação Infantil no país indica a importância e necessidade de maiores investimentos na infância, tanto no que diz respeito à *ampliação do atendimento* quanto à sua *qualidade*. Estudos revelam que as crianças e adolescentes brasileiros compõem um segmento muito vulnerável da população, visto que 44,7%¹ da população desta faixa etária vivem em famílias com menos de meio salário mínimo per capita, faixa de rendimento considerada como situação de pobreza. O quadro se agrava em relação à primeira infância, tendo em vista a precariedade de condições que ainda caracteriza a realidade de muitas das instituições públicas, comunitárias e filantrópicas no Brasil, que, desta forma, não podem oferecer um atendimento que respeite os direitos fundamentais das crianças.

Em relação à oferta e à demanda de atendimento às crianças deste segmento, observa-se claramente uma tendência de aumento da frequência à escola na primeira infância. O maior crescimento ocorreu na faixa de 4 e 5 anos, cuja taxa subiu de 51,4% para 80,1% entre 2000 e 2010, segundo dados dos Censos Demográficos. No Nordeste este índice chega a 86,3%; entretanto, em comparação com as demais regiões, foi a que apresentou menor índice de crescimento, com 43,4%,

¹ PNAD 2008

sendo a média brasileira de 55,8%. Contudo, entre as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de frequência escolar ainda é baixa, passando de 9,4% para 23,6% no período estudado, segundo o IBGE. Mesmo considerando a diminuição progressiva desta estatística, ela ainda revela um grave problema na oferta de atendimento nesta faixa etária.

Neste sentido, o Estudo de Cenário do Programa Educação Infantil do Instituto C&A destaca:

A questão da oferta reduzida é um dos maiores obstáculos para a equalização de oportunidades, uma vez que a possibilidade de frequentar a Educação Infantil é de fundamental importância para o desenvolvimento das crianças que nascem em contextos desfavoráveis. O UNICEF, no Caderno Brasil, do Relatório da Situação Mundial da Infância 2008, aponta que o investimento na primeira infância constitui a maior e melhor maneira para reduzir as iniquidades, enfrentar a pobreza e construir uma sociedade com condições sociais e ambientais sustentáveis. (pag. 1 e 2)

Esta preocupação com a equalização de oportunidades e os esforços do poder público e da sociedade civil organizada desdobraram-se em uma série de iniciativas importantes no sentido de ampliar o atendimento às crianças na Educação Infantil. O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001 estabeleceu a meta de ampliar a oferta de vagas para atender 30% da população de 0 a 3 anos de idade até 2006 e 50% até 2010. Ambas as metas não foram cumpridas e este mesmo Plano repetiu a meta de 50% para o decênio de 2011 a 2020. Este cenário descortina claramente os desafios que ainda se apresentam em relação à ampliação da oferta. Neste sentido, com a aprovação do FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e da PEC² 277/2008 em 28.10.2009, que estende o período da escolaridade obrigatória desde os 4 anos, em termos de política pública, houve um avanço tanto na questão dos recursos quanto na universalização do segmento pré-escola.

Entretanto, outra questão que se apresenta e merece especial cuidado refere-se ao quesito *qualidade*. É neste âmbito que o projeto PARALAPRACÁ se insere mais diretamente.

Faz-se necessário explicitar o conceito de qualidade assumido neste projeto, visto que se trata de um conceito historicamente construído, o que implica contextualizá-lo e identificar sua variação no tempo e no espaço, vinculando-o às demandas e exigências sociais de um dado processo.

No relatório *Educação de Qualidade para Todos: um assunto de direitos humanos*, publicado pela Unesco em 2008, o conceito de qualidade está assim definido:

Uma educação será de qualidade se oferecer os recursos e apoios necessários para que todos os estudantes alcancem os máximos níveis de desenvolvimento e aprendizagem, de acordo com suas capacidades [...] Sob essa perspectiva, a equidade se converte numa dimensão essencial para avaliar a qualidade da educação. (p. 41)

Aceitar, pois a qualidade como um conceito derivado de múltiplos fatores, leva a renunciar a tentação de criar um padrão único para medi-la. Ao contrário, o esforço a ser feito dirige-se à definição de dimensões que possam lhe dar concretude, ao reconhecimento dos fatores que a condicionam, sejam eles os valores e crenças pessoais ou profissionais, as tradições da cultura, os

² Projeto de Emenda Constitucional.

conhecimentos científicos disponíveis, o contexto no qual as instituições educativas estão inseridas ou os documentos norteadores.

Mesmo considerando a dimensão complexa do conceito, é possível identificar uma série de variáveis intervenientes na qualidade da oferta de Educação Infantil. Estas passam por questões relacionadas às políticas públicas, financiamento, gestão, recursos humanos, infraestrutura, dentre outras. No projeto PARALAPRACÁ, dois destes aspectos foram eleitos como foco de atuação: a formação dos profissionais e as condições materiais.

Em relação à qualificação docente os números indicam uma melhora crescente em termos quantitativos. Segundo dados do INEP (2003; 2010) em 2002, apenas 22,5% dos professores que atuavam na Educação Infantil tinham cursado o ensino superior completo; em 2011, o percentual subiu para 56,9%. Mas este avanço, embora reconhecido, ainda é muito modesto quando se pensa no quesito qualidade, pois somente pouco mais da metade dos professores têm curso superior para o exercício da profissão. Ademais, se a formação específica no segmento Educação Infantil for considerada, este cenário se agrava, pois ainda é pouco o espaço ocupado no currículo das instituições de ensino superior para esse segmento. Iniciativas importantes estão sendo feitas neste sentido, como a parceria entre o MEC e instituições de ensino superior federais para a realização de pós-graduações na área, mas ainda há muito a ser feito, visto que, em termos de desenvolvimento profissional a docência exige duas modalidades de formação: a inicial e a continuada. Segundo os Referenciais para Formação de Professores (1999), a formação é

“um processo contínuo e permanente de desenvolvimento, o que pede do professor disponibilidade para a aprendizagem; da formação, que o ensine a aprender; e do sistema escolar no qual ele se insere como profissional, condições para continuar aprendendo. Ser profissional implica ser capaz de aprender sempre.” (pag. 63)

Esta concepção aponta que a profissão docente demanda um *continuum*, no qual a formação inicial é parte necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento profissional, tendo em vista a natureza do trabalho. Isso significa que a formação continuada não é considerada uma ação compensatória, porque independentemente da qualidade da formação inicial, deverá ocorrer também em serviço, pois é inerente à profissão.

Em relação à qualidade dos ambientes, os estudos e pesquisas são mais escassos e há poucos dados disponíveis, o que por si só já é um indicativo da pouca atenção dedicada ao assunto. Não obstante, alguns destes dados são bastante reveladores da realidade. Segundo o CDES, em 2007, pouco mais da metade das instituições de Educação Infantil brasileiras tinham parque infantil - 53,5%. Segundo dados do INEP 2004, apontados nos documentos do projeto *Creche para todas as crianças*, naquele ano não havia vasos sanitários em 48,7% das instituições e em 40% não havia livros.

Apenas em 2008 foi criado um programa federal específico visando a melhoria das condições físicas e materiais das instituições de Educação Infantil, com o Pró-infância: Programa Nacional de reestruturação e aparelhagem da rede escolar pública de educação infantil, que destina recursos da União para a construção, melhoria da infraestrutura física, reestruturação e aquisição de equipamentos. Pela primeira vez em 2012, a Secretaria de Educação Básica do MEC, juntamente com o FNDE realizaram audiências públicas para discutir a compra de brinquedos para creches e pré-escolas. Esta iniciativa revela a necessidade de investimentos dessa natureza, considerando o impacto dessa variável para o atendimento de qualidade, mas ainda há um longo

caminho a percorrer, tendo em vista a precariedade encontrada em grande parte das instituições de Educação Infantil. Além disso, a pressão pela escolarização deste segmento e as deficiências na formação dos professores faz com que muitas secretarias optem por investir em livros didáticos, ou materiais didáticos escolarizados. Estes materiais, além de irem de encontro às normas e diretrizes para educação infantil, empobrecem a oferta e limitam as possibilidades de exploração, criação e aprendizagem das crianças.

Diante desse cenário de expansão da oferta e deficiências nos aspectos relacionados a recursos humanos e estrutura física, é fundamental desenvolver ações que visem apoiar as redes e instituições. Neste contexto, como já dito, a formação dos profissionais e a qualidade do ambiente educativo são elementos centrais para a melhoria do atendimento na Educação Infantil, sendo, por este motivo, os focos de atuação do projeto PARALAPRACÁ.

Além disso, o fortalecimento da parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público se mostra como uma estratégia mais que potente, essencial para a melhoria dos indicadores de qualidade na educação. Para o Instituto C&A, participar desse momento histórico para a Educação Infantil no Brasil é a oportunidade de concretizar os princípios que norteiam a sua atuação.

3. JUSTIFICATIVA

Um dos grandes desafios da educação brasileira é similar ao da própria sociedade e refere-se à redução das desigualdades e a conquista de uma educação mais equitativa. Os dados do cenário ajudam a dar um panorama das dificuldades relacionadas ao *acesso* e à *qualidade* no atendimento da Educação Infantil no Brasil e dos esforços para sua superação.

Em relação ao acesso, o desafio está mais focalizado no segmento creche, e em relação ao atendimento de qualidade, ainda é preciso empreender esforços de maneira geral, visto que muitas das crianças atendidas frequentam ambientes precários em termos de infraestrutura e de recursos humanos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Este projeto nasce da convicção de que é necessária uma sinergia entre professores qualificados e boa estrutura física e material para que as crianças possam ter maiores oportunidades de vivenciarem uma educação que atenda suas reais necessidades. É direito de todas as crianças serem educadas por profissionais bem formados, em ambientes seguros e estimuladores, e acessarem os bens culturais necessários ao seu desenvolvimento pleno.

A centralidade do papel do professor para a conquista de uma educação que assegure as condições de aprendizagem e favoreçam o desenvolvimento é um ponto de consenso nas pesquisas educacionais. É certo que a formação dos profissionais é condição necessária, mas não suficiente para a melhoria no atendimento às crianças, mas sem dúvida se constitui em um ponto fundamental. Um estudo realizado em 2008 pela consultoria americana McKinsey & Company, chamado "*Como sistemas escolares de melhor desempenho do mundo chegaram ao topo*" buscou identificar, em visita a 120 escolas de 20 países bem posicionados no Pisa³, as razões do seu sucesso

³ O PISA é um programa internacional de avaliação comparada, coordenado pela OCDE (Organização para cooperação e desenvolvimento econômico) cuja principal finalidade é produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho de alunos na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da

educacional. As descobertas deste estudo foram resumidas em quatro “lições”, sendo que as duas primeiras estão ligadas diretamente à figura do professor. Foram elas:

- selecionar sempre bons professores;
- cuidar da formação docente;
- não deixar nenhum aluno para trás;
- preparar grandes gestores.

No estudo citado, os resultados mostraram que a formação do professor e sua prática pedagógica foram os fatores mais decisivos para o desempenho das turmas. Assim, visto que os dados de cenário apontam para a fragilidade até mesmo da formação inicial dos professores brasileiros que atuam na Educação Infantil, é fundamental a priorização de ações que possam apoiar sua formação com vistas à melhoria das práticas educativas.

Na testagem dos materiais do projeto PARALAPRACÁ (realizada antes de sua implementação nas redes) ficou evidente que em grande parte dos casos, os profissionais ainda não têm a autonomia necessária para usar os materiais de forma a potencializar as aprendizagens das crianças pequenas.

Uma das pesquisadoras sintetizou o que foi apreendido com a testagem: “a experiência de observação do Paralapracá deixou claro que somente o recebimento dos materiais não é suficiente para os professores mudarem concepções e práticas (pelo menos em realidades próximas a estas). É preciso a parceria de outras ações formativas”. (relatório síntese do piloto/testagem)

Portanto, os dados do cenário e da própria testagem apontam para a necessidade da articulação dos dois âmbitos deste projeto, a saber, a formação continuada e o acesso a bons materiais, a fim de que se possa intervir de forma ajustada para a melhoria do atendimento às crianças que frequentam a Educação Infantil.

Por outro lado, somente a formação continuada não é condição suficiente para a melhoria do atendimento, pois muitas vezes os profissionais desejam realizar mudanças nas práticas com vistas a qualifica-las, mas encontram limitações por não contarem com espaços, materiais e equipamentos adequados para tal.

Na introdução do encarte 1 do documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, está registrada a seguinte citação:

O espaço físico não apenas contribui para a realização da educação, mas é em si uma forma silenciosa de educar. Como afirma Antonio Viñao Frago, referindo-se ao espaço escolar, este não é apenas um cenário onde se desenvolve a educação, mas sim “uma forma silenciosa de ensino”. (Frago, 1995, p. 69)

Em relação aos professores, o Instituto C&A acredita que a utilização desses materiais no processo formativo e nas práticas cotidianas é uma estratégia importante, pois estes melhoram o

acesso aos bens culturais e apoiam os professores na reflexão de seus saberes e fazeres, incluindo nestes, a cultura comunitária e universal. Como princípio orientador deste projeto se reconhece que duas variáveis incidem na atuação do professor: *saber fazer* e *poder fazer*. Não basta que queira fazer, é preciso que tenha condições para tal. Isso implica em formação e boas condições de trabalho.

Quanto ao ambiente, trata-se primeiramente de buscar garantir o direito das crianças ao acesso a materiais de qualidade, visto que como cidadã, desde a Lei de Diretrizes e Bases – LDB/1996, está assegurado a ela o princípio de igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Como ser em formação, a criança necessita de um ambiente rico e estimulante para potencializar seu desenvolvimento. Segundo os Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil, “crianças expostas a uma gama ampliada de possibilidades interativas têm seu universo pessoal de significados ampliado.” (vol. 1, pag. 15)

Portanto, ao assumir esta estratégia de intervenção e apoio às redes municipais, o Instituto C&A, com o projeto PARALAPRACÁ pretende ainda fomentar a consolidação de políticas públicas relacionadas à Educação Infantil que favoreçam às crianças o direito a uma escola equitativa plural e acolhedora.

4. OBJETIVOS

Geral:

- Contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento às crianças na educação infantil, com vistas ao seu desenvolvimento integral.

Específicos:

- Promover a formação continuada de profissionais da educação infantil, com vistas a incidir na política educacional do município.
- Oferecer materiais pedagógicos de qualidade para crianças e profissionais da educação infantil de forma a inspirar as redes nas decisões relativas à aquisição de material.
- Demonstrar a possibilidade de transformar em práticas cotidianas as orientações e políticas nacionais de educação infantil.
- Promover o desenvolvimento das competências necessárias para que técnicos da secretaria e coordenadores pedagógicos se tornem referência como formadores.
- Produzir e disseminar conhecimentos sobre teorias e práticas pedagógicas, valorizando os saberes locais e os da cultura da infância, para incidir no campo da educação.

5. PÚBLICO

Público direto:

- Técnicos das secretarias municipais ligados à Educação Infantil
- Profissionais das instituições atendidas pelo projeto: diretores, coordenadores pedagógicos e professores.

Público indireto:

- Crianças e famílias que frequentam creches e pré-escolas atendidas pelo projeto
- Profissionais das instituições atendidas pelo projeto: auxiliares e funcionários

6. PRINCÍPIOS DO PROJETO

PRINCÍPIO BÁSICO

Toda criança tem direito a uma escola equitativa, plural e acolhedora.

A EQUIDADE é o princípio básico deste projeto, tendo em vista sua perspectiva de considerar as especificidades das condições sociais e intervir de forma a diminuir as diferenças, que neste contexto, estão relacionadas à educação.

Equidade não é o mesmo que igualdade, embora estejam estreitamente relacionadas. A equidade compreende os princípios de igualdade e diferenciação, porque somente uma educação ajustada às necessidades de cada um garantirá que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de tornar efetivos seus direitos e alcançar os fins da educação em condições de igualdade. Assim, envolve uma tripla dimensão: no acesso, nos processos e nos resultados. A educação deve tratar de forma diferenciada o que é desigual na origem para chegar a resultados de aprendizagem equiparáveis e não reproduzir desigualdades presentes na sociedade.

Portanto, reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade são pressupostos do projeto. Ponto de partida para a convivência democrática, assumir as diferenças inerentes à condição humana é algo a ser aprendido e desde a mais tenra idade. Somos todos diferentes e, portanto, cada um de nós é único necessitando ser reconhecido, aceito e valorizado com as suas características. Gênero, etnia, religiosidade, deficiências, necessidades especiais, além de aspectos circunstanciais tais como: lugar de nascimento, lugar de moradia, ocupação dos pais, organização familiar são alguns dos fatores que contribuem para que a diversidade seja uma condição humana e que esteja representada no ambiente escolar. Ser uma instituição plural significa, pois, assumir a diversidade

como um valor, como algo a ser apreciado no convívio, e responsabilizar-se pela construção de ambiente favorável a tal.

A partir da opção pela equidade como princípio básico, o projeto deverá ser executado considerando:

- a parceria e as decisões coletivas como estratégias de gestão: “fazer junto” e não “fazer por”
- o respeito à diversidade de demandas e funcionamento dos profissionais e das instituições, optando por materiais que apresentam possibilidades e não um manual passo a passo ou modelos.
- a valorização dos profissionais que participam do projeto como sujeitos que têm saberes e que devem decidir por si próprios os caminhos a seguir (por isso possibilidades, não imposições ou prescrições).
- o desenvolvimento de materiais representativos das diferenças regionais e de suas especificidades e que possam ser identificados como parâmetros de qualidade para o segmento,
- a valorização e incorporação das culturas comunitárias nas práticas da Educação Infantil;
- o desenvolvimento, a valorização e disseminação de práticas pedagógicas coerentes e possíveis que privilegiem a diversidade de experiências e linguagens, a valorização das culturas locais e o enfoque lúdico
- a criança como foco do planejamento nas instituições, fomentando seu protagonismo e considerando seus desejos e necessidades
- a problematização como princípio formativo

7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O PARALAPRACÁ é um projeto do programa Educação Infantil do Instituto C&A que está em consonância com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, produzidos pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação em 2006. O documento em questão define referências de qualidade para a Educação Infantil e reconhece que desde que nascem as crianças são:

- cidadãos de direitos
- indivíduos únicos, singulares
- seres sociais e históricos
- seres competentes, produtores de cultura

Nesta perspectiva, toma como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - Resolução do Conselho Nacional de Educação, no âmbito da Câmara de Educação Básica (CEB nº 5, de 17/12/2009) - destacando os fundamentos norteadores que devem orientar os projetos pedagógicos desenvolvidos nas instituições de Educação Infantil:

- Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
- Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática;
- Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

O PARALAPRACÁ corrobora com estes princípios e define suas ações a partir destes propósitos. Quando questionada sobre como educar as crianças no contexto contemporâneo, Kramer (2003) respondeu:

Trabalhando numa perspectiva de humanização, de resgate da experiência, de conquista da capacidade de ler o mundo, de escrever a história coletiva, nos apropriando das diversas formas de produção da cultura. Precisamos gerar experiências de educação e socialização, com práticas solidárias entre crianças, jovens e adultos, com ações coletivas, elos e laços capazes de gerar o sentido de pertencer *a*. Precisamos de escolas e espaços de educação infantil, capazes de fazer diferente; precisamos mostrar na mídia outros modelos de educação e outros modos de ser crianças que existem também.

A infância precisa ser compreendida como um direito das crianças; uma construção social de cada coletividade que a define a partir de discursos e práticas próprios. A partir desta premissa, este projeto assume a responsabilidade de incrementar as instituições de Educação Infantil com materiais da cultura infantil e de apoiar os professores na organização de um trabalho pedagógico que respeite o direito de todas as crianças à infância e que entenda as crianças como cidadãs, com direito de acessar os bens culturais locais e universais.

A Educação Infantil é o espaço onde as práticas educativas conjugam o cuidar e o educar como duas faces de uma mesma ação. Não deve ter uma função assistencialista, compensatória de supostas deficiências, ou preparatória, mas deve assegurar que a criança cresça com igualdade de condições para se desenvolver plena e satisfatoriamente. A Educação Infantil deve se constituir então como um espaço privilegiado para organizar uma prática educativa que amplie o máximo possível a experiência da criança com a cultura infantil. Deste modo, o PARALAPRACÁ assume a *infância*, a *cultura*, a *linguagem*, a *instituição de educação infantil* e a *educação*, como conceitos estruturantes deste projeto.

7.1 Infâncias

A Infância é uma construção social que define diferentes modos de compreender a criança, ao longo da história, por isso esse conceito é plural. O Programa Educação Infantil do Instituto C&A entende que a criança é um sujeito cultural; que além de assimilar a cultura, também a produz e transforma. Além disso, defende que sua educação deve ser essencialmente inclusiva, pensada de forma a considerar as crianças em suas diferenças individuais, sociais, culturais, econômicas, étnicas e religiosas.

O Projeto PARALAPRACÁ pretende contribuir para a disseminação deste conceito de infâncias e de educação da infância. Desta forma, reconhece que não existe uma população infantil

homogênea, mas populações infantis, com processos diferenciados de socialização. Esta posição está ancorada no argumento de Kramer (1996), ao afirmar que cada criança é um ser social que

[...] tem uma história, que vive uma geografia, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas também de valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e de acordo também com a sua própria inserção nesse contexto.

7.2 Cultura

O conceito de cultura assume no Projeto PARLAPRACÁ lugar central porque não existe uma única infância, mas diferentes formas de ser criança, no interior de cada coletividade. Assim, toma-se como ponto de partida a compreensão de que todo ser humano nasce herdeiro de um legado de realizações humanas:

[...] uma herança de sentimentos, emoções, imagens, visões, pensamentos, crenças, ideias, compreensões, empresas intelectuais e práticas, idiomas, relações e organizações, cânones e normas de conduta, procedimentos, rituais, habilidades, obras de arte, livros, composições musicais, ferramentas, artefatos e utensílios. (OAKESHOTT, 1968)

Assim, a cultura representa o conjunto de manifestações humanas de uma determinada coletividade, produto das relações que homens, mulheres e crianças estabelecem com o tempo, com o espaço, com a natureza e com as outras pessoas. O PARALAPRACÁ assume o compromisso de respeitar, valorizar e ampliar a diversidade de histórias, costumes, crenças e tradições das culturas locais, bem como contribuir para a incorporação desses saberes no currículo deste segmento.

7.3 Linguagens

A Linguagem é a capacidade humana de compartilhar significados que nos constitui como humanos e estrutura-se através de múltiplas formas. As Linguagens se constituem em todas as formas de expressão e comunicação inventadas pelo homem ao longo do tempo. Essas diferentes formas possibilitam as interações das crianças com a natureza e a cultura, para que possam construir sua subjetividade e se constituir como sujeitos sociais. Segundo Kramer (2006):

A linguagem é organizadora e reguladora da conduta e, nesse sentido, tudo pode ser falado, desenhado, escrito, representado, enfim. A linguagem, então, é conhecimento social, mas é também produção individual, e, como tal, está presente em todas as manifestações do conhecimento humano.

O Projeto PARALAPRACÁ reconhece que é por meio das diferentes linguagens que as crianças dialogam com o mundo, compreendendo o funcionamento da natureza e os modos de vida da sociedade. Assim, as experiências com as linguagens oral, corporal, musical, plástica, escrita, entre outras, devem ser planejadas com a intencionalidade de garantir às crianças o direito

de acessar os elementos culturais produzidos pela coletividade na qual está inserida, bem como os bens culturais universais e devem, portanto, ser uma importante referência para a elaboração das propostas pedagógicas neste segmento.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e **aprendizagens de diferentes linguagens**, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (art 8º, 2009)

7.4 Instituição de Educação Infantil

A Instituição de Educação Infantil é um espaço de cuidado e educação, organizado e planejado para atender crianças com idade até 5 anos, compartilhando com a família a responsabilidade pela formação humana de seus filhos. Estas instituições devem estar vinculadas a redes municipais de educação, onde as políticas públicas de Educação Infantil podem se constituir efetivamente como espaços de promoção do direito a uma educação de qualidade.

Outra característica que deve estar presente na Educação Infantil diz respeito ao cuidado, ao desvelo e à proteção como requisitos indispensáveis aos espaços destinados a essa função. Sair do ambiente familiar para o ambiente coletivo de uma instituição é um passo significativo em direção à autonomia e à construção de novas relações. Acolher a criança e também a família é fundamental para a formação de indivíduos íntegros e capazes de viver em comunidade, desenvolvendo a compaixão, a tolerância e o reconhecimento do outro.

A Instituição de Educação Infantil é um organismo vivo, ou seja, uma comunidade socialmente organizada, composta pelas crianças, pelos profissionais e pelas famílias, que se reúnem em torno de um projeto próprio. Assim, sua proposta pedagógica deve reconhecer a importância da identidade pessoal de cada sujeito e ainda, a identidade cultural do contexto social na qual se situa. Além disto, deve ter clareza de seu papel e intencionalidade nas ações, privilegiar o debate e o trabalho coletivo, com o intuito de ser um espaço de aprendizagem para todos.

Os aspectos físicos e materiais são um componente importante do currículo da instituição de Educação Infantil e devem ser cuidadosamente pensados e organizados como instrumentos de aprendizagem. Por este motivo, o PARALAPRACÁ reconhece sua relevância na implementação de políticas públicas que visem à melhoria do atendimento as crianças e disponibiliza às instituições participantes um acervo de recursos didático-pedagógicos destinados tanto às crianças quanto aos professores.

7.5 Educação

O PARALAPRACÁ é um projeto educacional e como tal precisa definir os sentidos atribuídos ao conceito de educação. Como ponto de partida, Libâneo (2005) ajuda a pensar que a educação é o

conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

Deste modo, o conceito de educação inclui a formação de todos os sujeitos envolvidos neste projeto. O PARALAPRACÁ coloca as crianças da Educação Infantil como centro de suas ações, mas estas não serão as únicas a vivenciarem processos educativos. Todos os profissionais envolvidos estarão em processo permanente de formação porque, como afirma Paulo Freire, *ninguém se educa sozinho, ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão*.

8. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO PROJETO

Conforme destacado, o projeto PARALAPRACÁ está constituído por dois âmbitos de atuação que funcionam de forma articulada e complementar. São eles: formação continuada dos profissionais da educação e acesso a materiais de qualidade.

A seguir, a descrição da estrutura e funcionamento do projeto, em cada um destes âmbitos:

8.1 Formação Continuada dos Profissionais da Educação

O projeto é desenvolvido a partir de uma parceria entre o Instituto C&A, as redes municipais de ensino e uma Organização Formadora, que será a representante do Instituto junto aos municípios.

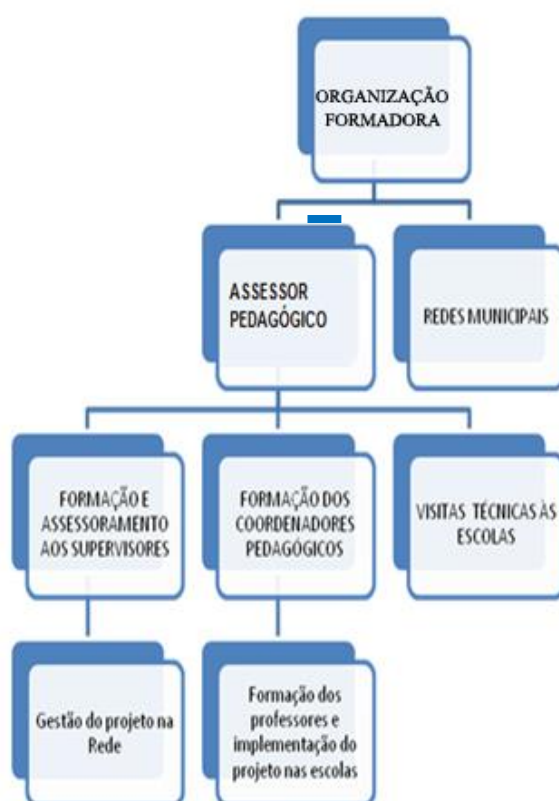
A Organização Formadora é responsável pela coordenação, implementação, execução e monitoramento do projeto nos municípios, através da composição de uma equipe técnica responsável, composta pelos Assessores Pedagógicos e pelas equipes dos Setores de Monitoramento e Sistematização e Setor de Educomunicação.

De forma sintética, a formação se dá pelo Assessor Pedagógico que atua em cada município parceiro. Estes profissionais são formados pela Organização Formadora e realizam **ações de Gestão** junto ao Supervisor - técnico da Secretaria responsável pelo projeto na rede - e de **Formação**, junto aos Coordenadores Pedagógicos (ou demais profissionais que atuam como formadores) e técnicos das secretarias ligados à Educação Infantil. Além dos encontros de formação, fazem **visitas** periódicas às instituições parceiras, a fim de realizar formação *in loco* e monitorar o desenvolvimento do projeto, coletando dados para serem abordados nas formações.

Os coordenadores pedagógicos ou outros profissionais indicados pelas Redes são os responsáveis pela formação dos professores, que se dá no *lôcus* das instituições de Educação Infantil. A opção pela formação de coordenadores justifica-se pela intenção do projeto de fortalecer e apoiar seu papel de formador, junto aos professores da Educação Infantil. Espera-se que, ao se tornarem mais competentes e autônomos, possam também formar professores que adquiram este perfil, utilizando os materiais do PARALAPRACÁ com progressiva autonomia e competência.

A comunicação do município com a Organização Formadora se dará prioritariamente através do Assessor Pedagógico, mas em períodos específicos, a coordenação do projeto ou outros membros desta organização farão visitas aos municípios, a fim de acompanhar os processo e coletar dados para o monitoramento.

A seguir, um esquema representativo do projeto:



A Organização Formadora será responsável pela elaboração dos diversos instrumentais de monitoramento e fará ajustes na condução do projeto sempre que necessário, visando tanto aprimorar sua metodologia, como adequá-lo à realidade das redes.

Como representante do Instituto C&A nos municípios, a Organização Formadora deverá estabelecer dispositivos regulares para que este possa acompanhar o andamento do projeto, estando em permanente comunicação e troca.

A avaliação do projeto será realizada por uma organização externa.

8.2 Acesso a materiais

Os materiais do projeto PARALAPRACÁ, descritos a seguir são a base para o desenvolvimento das ações de formação continuada, pois são constituídos por eixos importantes do trabalho. Foram concebidos tendo como base dois princípios:

- a seleção de eixos relevantes; e

- o uso de diferentes linguagens.

Isso significa que os conteúdos veiculados pelos diversos tipos de materiais – almanaque, vídeos, cadernos, mala – estão articulados entre si em torno de um mesmo eixo, mas ao mesmo tempo, são abordados de formas múltiplas, obedecendo à linguagem própria de cada material. Entretanto, as ações formativas não se restringem a eles.

Os eixos foram selecionados **considerando sua relevância para o desenvolvimento** da criança nesta faixa etária. São eles:



Estes eixos estão organizados separadamente para fins didáticos, porém, nas ações formativas e na prática pedagógica, devem ser abordados, tanto quanto possível, de forma integrada.

Todos os materiais consideram a criança como protagonista do processo de aprendizagem, tendo como objetivo formar e instrumentalizar os adultos para que possam oferecer experiências de aprendizagem mais ricas e adequadas a cada faixa etária.

A avaliação dos materiais é parte fundamental da estrutura do projeto, tendo em vista que um dos seus princípios é o de considerar que o público-alvo constitui-se em um interlocutor privilegiado para oferecer retroalimentação aos materiais produzidos, antes de serem disseminados. A avaliação dos diferentes públicos sobre conteúdo e forma dos materiais, assim como a observação da sua utilização em diferentes contextos e realidades alimentou o aprimoramento dos materiais já elaborados, ao tempo em que contribuiu para a produção ainda mais qualificada de novos produtos para os profissionais da Educação Infantil.

8.2.1. Materiais

Mala Paralapraca

A Mala Paralapraca é para uso dos profissionais e das crianças e reúne livros de literatura infantil, DVD e CD de músicas e histórias infantis, instrumentos musicais, fantoches, chapéus, tecidos e materiais para o desenvolvimento de atividades de arte com as crianças. Seu objetivo é oferecer condições para o desenvolvimento de experiências significativas nos eixos do projeto, bem como ser parâmetro de materiais de qualidade neste segmento.

Baú Paralapraca – Kit Educador

Os materiais do Kit Educador foram elaborados para subsidiar o processo de formação das equipes da secretaria, coordenadores pedagógicos e professores.

Os materiais são revistos ao final de cada ciclo. Ao final de cada ciclo também são elaborados novos materiais de forma a evidenciar e disseminar as práticas realizadas pelos profissionais envolvidos nas formações.

Série de Vídeos Paralapraca

Os vídeos foram realizados em instituições públicas e comunitárias, junto a professores, coordenadores e crianças e revelam diferentes experiências e organização da rotina e dos ambientes na Educação Infantil. Buscou coletar uma multiplicidade de saberes e fazeres de educadores e especialistas em seis cidades brasileiras de diferentes regiões: Castro - PR, Salvador - BA, Santarém - PA, São Paulo - SP, Osasco - SP e Jundiaí - SP.

A série de vídeos não apresenta modelos, mas pretende instigar a reflexão sobre diferentes formas de atendimento à criança, sempre considerando seu contexto social. Para isso, os contextos familiares e da comunidade também são apresentados, a fim de situar a criança nesta dimensão mais ampla.

Cadernos de Orientação Paralapraca

Os Cadernos de Orientação estão organizados para oferecer aos profissionais possibilidades de como explorar os materiais que compõem o Projeto Paralapraca e planejar atividades que permitam o envolvimento de todos os que fazem parte do processo educativo - crianças, famílias, funcionários e outras escolas/instituições da rede - e que podem contribuir para a qualidade do desenvolvimento e da aprendizagem de todos.

A coleção também oferece dicas para as ações formativas e indicam referências teóricas sobre os eixos, que podem ser aprofundadas nos livros técnicos que acompanham o Kit Educador e na leitura dos livros indicados na seção LÁ.

Cadernos de Experiências Paralapraca

Esta série de seis cadernos compila registros de atividades pedagógicas realizadas junto às crianças nos cinco municípios parceiros no I Ciclo do Projeto, a saber: Feira de Santana - BA, Jaboatão dos Guararapes - PE, Campina Grande - PB, Teresina - PI e Caucaia - CE. Estes registros foram comentados por especialistas nos eixos, a fim de valorizar e disseminar as práticas e oferecer subsídios para os profissionais da Educação Infantil.

Caderno de Orientação: O coordenador Pedagógico e a formação continuada

Esta publicação tem por objetivo oferecer subsídios teórico/práticos aos Coordenadores Pedagógicos participantes do projeto, a fim de que possam se constituir em formadores em seus espaços de trabalho e foi elaborada ao final do Ciclo I do projeto, com a colaboração das Assessoras Pedagógicas e com depoimentos dos Coordenadores desta edição.

Pasta de Registro Paralapraca

A Pasta de Registro Paralapraca é um importante instrumento de formação dos profissionais participantes do Projeto. Foi estruturada com o objetivo de estimular a documentação pedagógica, organizando os registros das atividades planejadas e realizadas no âmbito do projeto, as reflexões sobre o desenvolvimento das mesmas com as crianças e os resultados alcançados.

A Pasta também contém um espaço exclusivo para o registro das “paisagens culturais” identificadas, com vistas a valorizar a cultura comunitária e inseri-la como parte do currículo da Educação Infantil.

O registro escrito é uma importante estratégia formativa, visto que favorece a reflexão, além de possibilitar o compartilhamento de saberes e práticas, fortalecendo o trabalho coletivo e a troca de experiência, fundamental para a qualidade do trabalho e a formação profissional dos educadores.

Almanaque Paralapraca – Menu de Guloseimas Lúdicas para a Infância

Um almanaque é um livro que contém matérias recreativa, humorística, literária, opinativa e informativa. O Almanaque Paralapraca pretende ser, ao mesmo tempo, uma fonte de informação e entretenimento, mas, também, de consulta pelos educadores para o planejamento de atividades com as crianças. Para cumprir com esse objetivo o Almanaque apresenta textos ligados à cultura das infâncias e outras manifestações culturais, bem como outros temas que contribuem para o desenvolvimento de atividades com as crianças.

Estação Paralapraca – Menu de paisagens culturais

Esta publicação tem como objetivo valorizar e disseminar os saberes da cultura local produzidos pelas comunidades dos cinco municípios parceiros no Ciclo I do Projeto e coletados pelos professores, coordenadores e demais membros da comunidade educativa. Espera-se, com esta publicação, inspirar outras redes e disseminar a importância de considerar esse tipo de conhecimento como fundamental na construção da identidade das crianças e, por consequência, inseri-lo no currículo da Educação Infantil.

Livros técnicos

O Kit Educador contém ainda uma biblioteca com livros selecionados por especialistas em Educação Infantil para a leitura e aprofundamento do conhecimento relativo aos eixos propostos pelo projeto.

9. METODOLOGIA

9.1. Pressupostos Metodológicos

Investir na formação profissional dos profissionais da Educação Infantil sem garantir o acesso a materiais de qualidade é perseguir o improvável. Por considerar essa premissa, as ações de formação realizadas pelo PARALAPRACÁ se articulam e se complementam aos materiais disponibilizados pelo projeto, com o propósito de contribuir para a progressiva qualificação das práticas educativas realizadas nas Instituições de Educação Infantil, tendo em vista o desenvolvimento integral das crianças.

Nesta perspectiva, o PARALAPRACÁ assume a **tematização da prática** como principal estratégia formativa. Sua principal característica é tomar a prática pedagógica como objeto de análise. Esta se constitui em uma prática social de caráter histórico e cultural que vai além da prática docente e das atividades didáticas, abrangendo aspectos da proposta pedagógica da escola e das relações desta com a comunidade e a sociedade⁴. Esta abordagem considera professores, coordenadores e demais envolvidos como sujeitos ativos de seu processo de construção de conhecimentos, buscando a tomada de consciência das teorias implícitas nas práticas pedagógicas, por meio de um processo de reflexão e estudo. Neste tipo de formação, não é suficiente ter conhecimento teórico, é preciso que este, em diálogo permanente com a prática, possa qualificá-la.

Esta opção metodológica busca superar a dicotomia entre teoria e prática e, por isso, reconhece a escola como um *locus* privilegiado para a formação, pois esta deve estar comprometida com as demandas específicas de cada realidade, com a superação dos problemas identificados e com os processos de mudança. A **formação centrada na escola**⁵ é portanto, outra referência que embasa o projeto.

Além disso, por fundamentar-se em um tipo de formação que pretende desenvolver a autonomia dos envolvidos, o projeto ancora-se na **homologia de processos**. Esta base metodológica fundamenta-se na ideia de “reação em cadeia”, ou seja, entende-se que o tipo de experiência vivenciada na formação reverbera na forma de atuação do sujeito que vive a experiência. Dessa forma, não são meros replicadores, mas profissionais que planejam e executam ações formativas a partir das suas experiências e dos contextos em que estão inseridos.

Por fim, o PARALAPRACÁ assume o compromisso de fortalecer as redes municipais no sentido da implementação e ou fortalecimento de políticas públicas de formação para a Educação Infantil. Para isto, compreende como condição *sine qua non* a formação de equipes técnicas locais, que se responsabilizem pela formação permanente dos profissionais da Educação Infantil e pela continuidade das ações implementadas pelo projeto.

9.2. Estratégias Metodológicas

A opção por realizar uma proposta formativa tendo como foco o Coordenador Pedagógico e não diretamente o professor se justifica, pois há no campo educacional um esforço para qualificar a atuação deste profissional, a fim de que seja o responsável pelas ações de formação nas escolas. Em geral, nas redes de ensino, esta figura ou é inexistente ou está ainda distante da sala de aula. Em muitos casos, estes profissionais estão mais envolvidos com as atividades burocráticas e administrativas do que com o trabalho pedagógico e com o processo de aprendizagem das crianças, assumindo um papel mais parecido como o de um “gerente pedagógico”, que se responsabiliza apenas pela fiscalização e gestão do cotidiano.

São várias as razões para tal, dentre elas a falta de clareza das Secretarias e das escolas do papel deste profissional, visto que este foi se transformando ao longo do tempo; problemas relativos às condições de trabalho; pouco reconhecimento da gestão sobre a importância das ações de formação continuada nas escolas, e também, em muitos casos, falta de competência técnica-pedagógica para

⁴ Definição de prática pedagógica assumida pelo PROINFANTIL, Guia Geral, p. 30.

⁵ Termo cunhado por Canário (1999a, 2001a)

promover o desenvolvimento profissional dos professores que estão sob a sua responsabilidade, pois em geral, não há formação específica para tal. Pesquisa⁶ recente realizada com 400 coordenadores Pedagógicos das cinco regiões brasileiras envolvendo todos os segmentos da Educação Básica aponta que apenas 33% destes profissionais teve alguma formação específica para exercer a função e que, embora a maioria reconheça que as Secretarias de Educação deveriam ser as responsáveis pela sua formação em serviço, apenas 38% delas o fazem de alguma forma.

O reconhecimento desta realidade leva a outra razão para investir na formação do Coordenador, tendo como fundamento os conceitos de autonomia e sustentabilidade. É necessário fortalecer e instrumentalizar a equipe local para que ela dê continuidade à formação quando o Projeto não estiver mais no município.

Considerando este contexto, o projeto PARALAPRACÁ pretende contribuir para o fortalecimento da figura do Coordenador Pedagógico, sempre tendo como apoios a Secretaria de Educação e a gestão da escola, para que estes possam assumir, progressivamente, uma atuação como interlocutores qualificados no processo de formação dos professores da Educação Infantil.

Para a efetivação dos pressupostos acima descritos, a **gestão compartilhada** e a **tematização da prática** dos professores e coordenadores pedagógicos da Educação Infantil se constituem nas principais estratégias metodológicas deste projeto.

9.3. Descrição Das Ações

- ENCONTROS DE GESTÃO:

Objetivo: gerir o projeto de forma coletiva, de modo a implicar a equipe no seu desenvolvimento e no acompanhamento dos resultados, bem como incidir na política de formação de Educação Infantil continuada das redes.

Público: assessora, supervisora do projeto e equipe da secretaria responsável pela Educação Infantil.

Desenvolvimento: as pautas dos encontros são elaboradas a partir das demandas que emergem relativas à gestão do projeto na rede e a ações de formação. Como o projeto pretende incidir sobre a política ou ao planejamento de outras ações de formação na rede, sempre que possível esta temática será debatida pelo grupo.

- ENCONTROS DE FORMAÇÃO COM COORDENADORES PEDAGÓGICOS

Objetivo: formar os coordenadores (as) pedagógicos da rede a partir da ampliação das referências teóricas e do repertório de experiências pedagógicas relativos aos eixos do projeto, subsidiando o processo formativo que ocorre nas instituições.

Público: coordenadores (as) pedagógicos das instituições parceiras, outros profissionais que assumam a função de formadores e técnicos da Secretaria de Educação ligados à Educação Infantil.

⁶ A pesquisa “*Perfil dos coordenadores pedagógicos da rede pública*” foi realizada em junho de 2010 pela Fundação Victor Civita e o Ibope Inteligência, sob a coordenação da prof. Dra. Vera M. N. S. Placco.

Desenvolvimento: uso de metodologias que promovam o diálogo entre os referenciais teóricos e a prática, tendo como base os eixos do projeto, a função do coordenador como formador e a qualificação de registros.

- VISITAS IN LOCO

Objetivo: realizar formações in loco, apoiar e monitorar as formações realizadas pelos (as) coordenadores (as) com os professores e monitorar o desenvolvimento do projeto e a prática pedagógica desenvolvida junto às crianças.

Público: coordenadores (as) pedagógicos, gestores, professores e crianças.

Desenvolvimento: A cada mês são visitadas em torno de 10 instituições de Educação Infantil para a realização de apoio e monitoramento às práticas formativas e pedagógicas. Nestas visitas, as assessoras terão oportunidade de acompanhar de perto o trabalho dos coordenadores pedagógicos, suas ações de formação, as práticas pedagógicas desenvolvidas junto às crianças e alguns dos impactos no seu desenvolvimento.

- ENCONTRO DE MOBILIZAÇÃO DE GESTORES:

Objetivo: Mobilizar os gestores para que acompanhem e apoiem os processos formativos e pedagógicos nas instituições, visando à melhoria do atendimento às crianças.

Público: gestores das instituições parceiras

Desenvolvimento: Em média 2 encontros por semestre, atrelados ao início do processo formativo referente a cada eixo, tendo como objetivo compartilhar o processo formativo já vivenciado (com relatos de coordenadores e técnicos), apresentar as ideias centrais do novo eixo e, com isso, mobilizá-los e instrumentalizá-los para a efetivação das ações nas instituições.

- RETROALIMENTAÇÃO DE REGISTROS:

Objetivo: promover a melhoria na **qualidade dos registros pedagógicos e culturais**, com vistas a fomentar a reflexão sobre a prática e instaurar uma **cultura de documentação** e acompanhamento do desenvolvimento das crianças.

Público: coordenadores (as) pedagógicos

Desenvolvimento: As assessoras receberão os registros enviados via ambiente virtual e darão retornos escritos com vistas à qualificação destes. Esta estratégia formativa instaura um ambiente que estimula a documentação pedagógica e potencializa a reflexão sobre a prática. Além disso, esses registros serão uma importante estratégia para a formação relativa à avaliação do desenvolvimento das crianças, bem como alimentarão o site do projeto.

9.4 Os Planos de Formação

Os Coordenadores Pedagógicos ou responsáveis pelas formações serão mobilizados a estruturar Planos de Formação, elaborados a partir das orientações do Assessor Pedagógico, que articulem as

prioridades estabelecidas para a Educação Infantil de cada rede de ensino com os conteúdos do material disponibilizado pelo PARALAPRACÁ. Estes Planos de Formação deverão explicitar os conteúdos e as estratégias definidas para os encontros formativos com os professores, durante o período que será realizado o projeto, e pretendem assegurar o direito de cada rede de ensino definir suas prioridades a partir da análise da própria realidade. Com isto, espera-se que a formação nas instituições se torne um projeto da escola, visto que estes Planos devem ser compartilhados com a gestão e incorporados como parte das atribuições dos Coordenadores. Ademais são instrumentais para uma progressiva construção da autonomia destes profissionais, contribuindo para a tomada de decisões sobre as necessidades de cada instituição e para nela intervirem, com o intuito de melhorar o atendimento às crianças da Educação Infantil. Espera-se que ao tornarem-se mais competentes e autônomos, possam também formar professores que adquiram este perfil, utilizando os materiais do PARALAPRACÁ com progressiva autonomia e competência.

Para tanto, os assessores também elaborarão Planos de Formação a cada início de eixo, com a parceria do supervisor.

10. PARCERIA COM REDES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Os municípios são selecionados a partir da análise das propostas inscritas, de visitas técnicas e da avaliação dos requisitos necessários para o estabelecimento de parceria com o Instituto C&A, conforme editais/cartas convite elaborados no início de cada ciclo do projeto, que é de 4 anos e deve coincidir com o início do ciclo da gestão municipal.

As redes e instituições participantes do projeto receberão o kit de materiais PARALAPRACÁ e assessoria pedagógica após a assinatura do termo de cooperação técnica entre Instituto C&A e a Rede Municipal de Educação.

10.1 RESPONSABILIDADES E CONTRAPARTIDAS

IC&A:

- Disponibilizar os materiais que compõem o kit Paralapracá para as instituições participantes;
- Oferecer condições para a implantação, execução e monitoramento do projeto em cada município por meio de uma Organização formadora, responsável pela composição de uma equipe envolvendo assessores pedagógicos com atuação local, conforme descrito abaixo:
 - A Organização Formadora se responsabilizará pela gestão e formação da equipe do projeto, que será realizada por meio de encontros de formação periódicos, envolvendo assessores pedagógicos e supervisores (técnicos das secretarias), tendo em vista subsidiar a atuação dos mesmos no desenvolvimento do projeto nas redes;

- Os assessores pedagógicos serão responsáveis pela gestão compartilhada, formação dos coordenadores nos eixos definidos pelo projeto, ações de acompanhamento presencial, monitoramento e sistematização, com carga horária total de 80h/mês.
- Disponibilizar um site e outras ferramentas tecnológicas para intercâmbio de recursos teóricos e práticos e disseminação do projeto;
- Monitorar e avaliar o projeto

REDES MUNICIPAIS:

- Indicar de 25 a 30 instituições de Educação Infantil que possuam, no mínimo, um coordenador pedagógico com pelo menos 16h semanais dedicadas à instituição, para responsabilizar-se pela formação continuada s professores e o desenvolvimento do projeto;
 - O grupo de instituições participantes poderá incluir até dez instituições de ensino fundamental com, no mínimo, 04 salas de educação infantil e um coordenador pedagógico com a mesma carga horária e responsabilidades exigidas acima;
 - O grupo de professores dessas instituições deverá ser, no mínimo, de 75% de efetivos ou contratados.
- Indicar um técnico da Secretaria ligado à Educação Infantil, com disponibilidade para viagens trimestrais com carga horária suficiente para atender as demandas do desenvolvimento do projeto (cerca de 20 h/semanais);
- Oferecer condições para que a equipe técnica da Secretaria ligada à Educação Infantil esteja envolvida e participante nas ações do projeto;
- Garantir 8 h mensais para a realização da formação continuada dos (as) coordenadores (as) pedagógicos (as) das instituições selecionadas, comprometendo-se com a permanência dos coordenadores pedagógicos nas instituições selecionadas ao longo do projeto, sempre que possível.
- Garantir 4 h mensais de formação continuada para os professores, nas instituições de Educação Infantil participantes;
- Oferecer boas condições físicas e materiais para execução das formações dos (as) coordenadores (as) pedagógicos (as): local, lanche, equipamentos e material (xerox);
- Garantir o acesso dos Supervisores e Coordenadores Pedagógicos à internet para o acompanhamento à distância;
- Comprometer-se a não realizar outras parcerias relativas à formação continuada dos profissionais da Educação Infantil e aquisição de materiais que sejam divergentes das concepções defendidas pelo projeto Paralapraca, durante sua realização.

11. MONITORAMENTO

Tradicionalmente o *monitoramento* consiste em *acompanhar* o andamento de um projeto no dia-a-dia, verificando se o plano de ação está sendo cumprido e se as metas estão sendo alcançadas, possibilitando a identificação de problemas e a busca de soluções. Assim, contribui para a tomada de decisões *durante* a execução do projeto.

No PARALAPARACÁ propõe-se que este acompanhamento assuma também a função de apoio técnico tanto à equipe da Organização Formadora quanto às equipes dos municípios envolvidos, em consonância com o caráter formativo do projeto. Ou seja, compreende-se que o monitoramento deve ir além da tarefa básica de levantamento de dados sobre a execução, promovendo espaços de diálogo e reflexão que apoiem e qualifiquem o desenvolvimento do projeto. Nesta lógica, o processo de acompanhamento potencializa as ações de formação, permitindo ajustes sempre que necessário. Esta concepção de monitoramento tem como princípios assegurar o **registro** das ações desenvolvidas e, desta forma, promover um **diálogo formativo** entre os diferentes atores e instituições (IC&A, organização formadora e secretarias municipais) e possibilitar a **reflexão** sobre os conteúdos emergentes. Aposta, assim, no valor das interlocuções, nas possibilidades de ação da equipe e na construção coletiva dos conhecimentos, algo que o modo de organização do sistema busca potencializar⁷.

Estes espaços de interlocução são garantidos dentro da dinâmica das próprias ações pedagógicas previstas, bem como o registro das percepções advindas das interlocuções e observações, através dos instrumentais utilizados no sistema de monitoramento.

Portanto, entendido enquanto um *sistema* integrado à dinâmica das ações do projeto como um todo (sistema mais amplo) compreendemos que o monitoramento no PARALAPARACÁ:

- provoca a *percepção* dos envolvidos sobre os fazeres e saberes que estão em curso na execução do projeto: envolve aguçar o *olhar* e a *escuta*, promover e garantir a *interlocução*, o *registro* e a *sistematização das experiências*, tendo em vista a construção de articulações de diferentes tipos de informações e percepções;
- promove a elaboração destas percepções, advindas da escuta e do diálogo com diferentes atores envolvidos, da vivência e observação dos contextos de experiência que estão em jogo no projeto;
- possibilita o exercício da avaliação coletiva e processual sobre o andamento do projeto, potencializando as aprendizagens, a identificação das necessidades de ajustes, mudanças e/ou criação de novas estratégias, subsidiando a tomada de decisões durante a execução do projeto;
- possibilita o acompanhamento e análise do andamento do projeto por outras instâncias, sejam da equipe da organização formadora ou do Instituto C&A, subsidiando tomadas de decisão também nestes âmbitos.

⁷ Este diálogo ocorre continuamente no âmbito da equipe da organização formadora; é intenso entre coordenação geral e assessoras, desdobrando-se e envolvendo as demais dimensões e relações, como assessora - supervisora- rede. As assessoras ocupam um papel central nesta dinâmica, pois são as principais responsáveis pela execução das ações previstas, consequentemente pela elaboração contínua dos registros propostos .

- oferece uma retroalimentação periódica à rede municipal, promovendo a compreensão e o acompanhamento dos resultados do projeto, bem como possíveis ampliações e tomada de decisões;

Neste contexto, os seguintes produtos⁸ foram construídos, utilizados e são periodicamente aperfeiçoados, a saber:

- Conjunto de instrumentais de registro de atividades desenvolvidas pelas assessoras – cuja periodicidade pode ser mensal, trimestral ou semestral, a depender da categoria de registro;
- Conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos, que norteiam a elaboração do Relatório Semestral de Monitoramento por município;
- Modelo de relatório semestral de monitoramento por município;

O conjunto de instrumentais utilizados são fundamentais fontes de informação para o acompanhamento geral e avaliação processual interna, pois apresentam dados quantitativos e qualitativos levantados periodicamente, ao longo de todo o processo de execução. Os instrumentais de registro das atividades realizadas pelas assessoras subsidiam a elaboração dos relatórios semestrais de monitoramento. Enquanto importante meio de registro, tais relatórios também contribuem para a memória do projeto, podendo subsidiar processos externos de avaliação, bem como elaboração de futuras propostas e projetos na área.

O QUE VAI SER MONITORADO?

Será foco do monitoramento a execução das atividades relativas às duas linhas de ação que estruturam o projeto: *ações formativas* e *uso dos materiais*. Além disso, neste ciclo há um insumo específico em relação à *qualificação dos registros*, contando com uma assessoria voltada diretamente ao acompanhamento desta ação.

Instrumentais utilizados (assessoras/coordenação do projeto)

1. Plano de Trabalho Mensal;
2. Registro de Encontro de Gestão
3. Planos de Formação (por eixo);
4. Pautas dos Encontros de Formação
5. Registro de Encontro de Formação; (modelo também utilizado para o registro dos Encontros de Mobilização de Gestores)
6. Registro de visitas técnicas realizadas → Tabela consolidada de visitas técnicas realizadas no semestre;
7. Relatório Semestral de monitoramento por município;

⁸ Modelos apresentados como anexos desta proposta técnica.

Além destes, é sugerido às supervisoras um modelo de registro de frequência para os Encontros de Formação, sendo responsabilidade das mesmas a apresentação deste registro de modo consolidado, semestralmente (o percentual de frequência é um dos indicadores quantitativos referentes às atividades desenvolvidas).

15. BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. *Referenciais para a formação de professores*. Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília, 1999.
- BRANDÃO, Daniel B. *Avaliação com intencionalidade de aprendizagem: contribuições para a teoria da avaliação de programas e projetos sociais*. Dissertação de Mestrado em Educação/Currículo. PUC SP, 2007.
- BRANDÃO, Daniel B. *Avaliação como oportunidade de aprendizagem*. Disponível em: <http://www.promenino.org.br> (seção: Gestão Social)
- CANÁRIO, Rui. *Gestão da Escola: como elaborar um plano de formação*. Disponível em: http://www.portal.santos.sp.gov.br/seduc/e107_files/downloads/transferencias/plano_de_mao_da_escola.pdf.
- _____. *A escola: o lugar onde os professores aprendem*. In: MOREIRA, A. et al. *Supervisão na formação: Actas do I Congresso Nacional de Supervisão*. Aveiro: Universidade, 1999a.
- _____. *A prática profissional na formação de professores*. Lisboa: IEE, 2001a.
- _____. *Fazer da formação um projeto: mudar as escolas ou os centros de formação?* Lisboa: IIE, 2001b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009*.
- LIBÂNEO, José C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2005.
- KRAMER, Sônia. *Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie*. In: *Infância, Educação e Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez, 2003
- KRAMER, Sonia e LEITE, M. I. *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papirus, 1996.
- KRAMER, Sonia e LEITE, M. I. *Infância e Produção Cultural*. Campinas: Papirus, 1998.
- KRAMER, S, LEITE, M. I., GUIMARÃES, D. NUNES, M. F. *Infância e educação infantil*. Campinas: Papirus, 1999.
- OAKESHOTT, Michael. *Aprendizagem e ensino*. In: PETERS, R. S. (Org.). *The concept of Education*. London: Routledge & Keagen, 1968.

REVISÃO DA PROPOSTA TÉCNICA DO PARALAPRACÁ - 2013:

Avante – Educação e Mobilização Social - ONG

Gestão Institucional

Maria Thereza Marcilio

Coordenação da Linha de Formação de Educadores e Tecnologias Educacionais

Mônica Samia

Equipe Técnica responsável:Elaboração:

Mônica Samia

Luciana Dias (monitoramento)

Consultoria e Leitura Crítica:

Maria Thereza Marcilio